SUMÁRIO

PREFÁCIO xxi

1. INTRODUÇÃO 3
1.1 CONSIDERAÇÕES GERAIS 3
1.2 A LEI 11.441/2007, SUBSTITUTIVO DA JURISDIÇÃO E À INFLUÊNCIA DA JUSTIÇA COEXISTENCIAL 5
1.3 AS ATUAÇÕES DO MAGISTRADO (ESTADO-JUIZ) E DO TABELIÃO (PRESTADOR DE SERVIÇO PÚBLICO EM CARÁTER PRIVADO) 6
1.4 RESPONSABILIDADE DO TABELIÃO 9
1.5 NOVA LEI HOMENAGEIA PRINCÍPIO DA AUTONOMIA PRIVADA 10
1.6 EXISTÊNCIA DE PROCESSOS DE INVENTÁRIO, SEPARAÇÃO E DIVÓRCIO 11
1.7 CENTRAL DE INVENTÁRIO – PRESERVAR INTERESSES DE TERCEIROS 11
1.8 ESTADO CIVIL DOS SEPARADOS EM CARTÓRIO 12
1.9 CASAMENTO – CONTRATO DE DIREITO DE FAMÍLIA 13

2. LAVRATURA DOS ATOS NOTARIAIS DE QUE TRATA A LEI 11.441/2007 14
2.1 APLICABILIDADE DA LEI 11.441 DE 04 DE JANEIRO DE 2007 14
2.2 APÓS A FEITURA DA ESCRITURA, IMPOSSIBILIDADE DE ALTERAÇÃO SALVO PARA CORRIGIR ERROS MATERIAIS 15
2.3 ANULAÇÃO DAS ESCRITURAS DE SEPARAÇÃO, DIVÓRCIO E INVENTÁRIO: JUÍZO COMPETENTE 15
2.3.1 A declaração de invalidade da escritura de separação ou divórcio restaura o casamento anterior? 16
2.4 PROCURAÇÃO OUTORGADA AO ADVOGADO 17

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

2.5 A gratuidade da lei 11.441/2007 17
2.6 Desnecessidade de peticionar aos tabeliães 18
2.7 Requerimento apresentado pelas partes e pelo advogado que os assiste 19
2.8 Averbação 19

3. DIREITOS CONTEMPLADOS NA PARTILHA ... 19
3.1 Procedimento para solicitação de: extrato bancário, ações, veículos, junta comercial etc 19

4. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS 21

5. RECOLHIMENTO DOS TRIBUTOS 22
5.1 O imposto de transmissão 22
5.2 Alíquota do imposto 22
5.3 Certidões fiscais 22
5.4 Recolhimento do imposto de transmissão por ato "inter vivos" nas escrituras de separação e divórcio .. 23
5.5 Imposto de transmissão "causa mortis" nas escrituras de inventário 23
5.6 Bens situados em outros estados 24
5.7 Prescrição relativa ao imposto "causa mortis" 24
5.8 Taxa judiciária 24
5.9 Isenção do pagamento do ITCD 25

6. NEGATIVA DE LAVRAR A ESCRITURA DE SEPARAÇÃO E DIVÓRCIO E DE INVENTÁRIO ... 26

7. ESCRITURAS DE INVENTÁRIOS, SEPARAÇÕES CONSENSUAIS E DIVÓRCIOS CONSENSUAIS CELEBRADOS NOS CONSULADOS BRASILEIROS 27
7.1 Dissolução de casamentos (separação consensual e divórcio consensual) celebrados no estrangeiro, aplicabilidade da Lei 11.441/2007 27
7.2 Partilha de bens do casal situado no estrangeiro ... 28

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

8. O NOVO DIREITO DE FAMÍLIA 29
8.1 Evolução do Direito de Família e edição da Lei 11.441/2007 29

9. CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA 32
9.1 Despesas cartorárias 32

10. SEPARAÇÃO E DIVÓRCIO 33
10.1 Distinção entre separação judicial e divórcio 33
10.2 Separação de fato e lapso temporal para o divórcio direto 34
10.3 A separação de corpos como lapso temporal para a decretação do divórcio 34
10.4 Separação judicial ou divórcio sem a presença das partes, por meio de procuração 35
10.4.1 Cônjuge(s) que se encontra(m) no exterior ... 35
10.5 Na elaboração da partilha, possibilidade de as partes estabelecerem cláusulas na escritura pública, assumindo obrigações 36
10.6 Gravidez do cônjuge virago impossibilita a lavratura da escritura de separação/divórcio? 36

11. DA SEPARAÇÃO JUDICIAL 37
11.1 Concessão da separação consensual 37
11.2 Separação consensual sem partilha de bens 38
11.3 Separação consensual com partilha de bens 39
11.4 Partilha efetuada após a lavratura da escritura de separação judicial 40
11.5 Restabelecimento da sociedade conjugal 40

12. DO DIVÓRCIO 41
12.1 Divórcio consensual direto 41
12.2 A separação de corpos como lapso temporal para a decretação do divórcio 44
12.3 Conversão da separação judicial em divórcio 45
12.4 Divórcio consensual com partilha de bens 45

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

12.5 Lavratura do divórcio consensual sem partilha de bens 46
12.6 Partilha de bens após o divórcio 47

13. DISSOLUÇÃO DA UNIÃO ESTÁVEL PELA VIA ADMINISTRATIVA 47
13.1 Lavratura da escritura pública na dissolução da união estável 50

14. DA DISSOLUÇÃO DA UNIÃO ENTRE PESSOAS DO MESMO SEXO (HOMOAFETIVA) 51
14.1 Considerações 51
14.2 Requisitos 54

15. ALIMENTOS 56
15.1 Pensão alimentícia 56
15.2 Filhos maiores e capazes 57
15.3 Modificação do valor dos alimentos 57
15.4 Dispensa dos alimentos 57
15.5 Renúncia dos alimentos 58
15.6 Acordo da pensão alimentícia celebrado na escritura de separação consensual ou divórcio consensual 58

16. REGIME DE BENS 60
16.1 Do regime de comunhão universal de bens 60
16.2 Do regime de participação final nos aquestos 61
16.3 Do regime da separação total de bens 62
16.4 Do regime de separação obrigatória de bens 62
16.5 Do regime de comunhão parcial 63

17. ORDEM DA VOCAÇÃO HEREDITÁRIA 64
17.1 Considerações 64
17.2 A nova ordem da vocação hereditária do atual código civil somente se aplica aos óbitos ocorridos após 11 de janeiro de 2003 65

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

17.2.1 Concorrência 66
17.2.2 Bens particulares 66
17.3 Dos parentes 67
17.3.1 Parentesco natural ou consangüíneo 67
17.3.2 Parentes na linha colateral ou transversal... 67
17.3.3 Parentesco por afinidade resultante do casamento ou união estável (artigo 1.594, §§ 1º e 2º, do Código Civil) 68
17.4 Herdeiros necessários 68
17.5 Herdeiros legítimos 69
17.6 Legítima 69
17.7 Parte disponível 69
17.8 Descendentes (filhos, netos, bisnetos etc.), os primeiros chamados a suceder na linha sucessória (artigo 1.829, I, do Código Civil) 69
17.9 Cônjuge sobrevivente herda em concorrência com os descendentes do "de cujus" e, não havendo descendentes, herda em concorrência com os ascendentes do "de cujus" 70
17.10 Possibilidade de o falecido não ter descendentes e ascendentes, mas somente companheiro 71
17.11 Ordem da vocação hereditária abrange os colaterais até o 4º grau (artigo 1.839 do Código Civil).. 71
17.11.1 Especial atenção na classe dos colaterais em duas situações 72

18. DO COMPANHEIRO 73

19. CESSÃO DE DIREITOS HEREDITÁRIOS E VENDA DOS BENS DA HERANÇA (ARTIGOS 1.793 A 1.795 DO CÓDIGO CIVIL) 74
19.1 Considerações 74
19.2 Objeto da cessão da herança: cota ideal sem individualizar bens 75
19.3 Direito de preferência do co-herdeiro 75
19.4 Elaboração da escritura de cessão de direitos hereditários 76

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

19.5 Escritura de cessão de direitos hereditários não é título hábil para matrícula no registro imobiliário... 76
19.6 Limitação à lavratura da cessão de direitos hereditários ... 77

20. RENÚNCIA OU REPÚDIO DA HERANÇA ... 78
20.1 Considerações ... 78
20.2 Renúncia sem beneficiários determinados ... 79
20.3 Renúncia pura e simples ou abdicativa (artigo 1.805, § 2º, do Código Civil) ... 79
20.3.1 Efeitos da renúncia abdicativa ... 79
20.4 Renúncia translativa ou "in favorem" ... 80

21. RENÚNCIA À MEAÇÃO ... 80
21.1 Considerações ... 80
21.2 Renúncia à meação efetuada nos autos do inventário ... 81

22. DIREITO REAL DE HABITAÇÃO DO CÔNJUGE E DO COMPANHEIRO ... 82
22.1 Direito real de habitação do cônjuge ... 82
22.2 Direito real de habitação do companheiro ... 82
22.3 Renúncia ao direito real de habitação ... 83

23. DIREITO REAL DE USUFRUTO ... 84

24. ADIANTAMENTO DE LEGÍTIMA E COLAÇÃO .. 84
24.1 Colação – igualar a legítima ... 85

25. DIREITO DE REPRESENTAÇÃO ... 85

26. DO INVENTÁRIO ... 86
26.1 Bens não sujeitos a inventário ... 86
26.2 Sobrepartilha ou partilha parcial ... 88
26.3 Prazo para o início do inventário – conseqüências da demora ... 88

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

26.4 Abertura da sucessão e abertura do inventário não são situações idênticas 89
26.5 A escritura de inventário e partilha pode ser lavrada a qualquer tempo 90
26.6 Bens do inventariado localizados no estrangeiro, impossibilidade de serem inventariados no Brasil, seja sob a forma judicial, seja sob a forma notarial 91
26.7 Inventário efetuado por procuração 91
26.8 Legitimidade para a abertura do inventário (artigo 987 do CPC) 91
26.9 Nomeação de inventariante 92
26.10 Declarações firmadas pelo inventariante..... 92
26.11 Dados que deverão constar da escritura pública de inventário..... 92
26.12 Credores do espólio não configuram óbices para a escritura de inventário e partilha 94
26.13 Do pagamento das dívidas..... 94
26.14 Assistência judiciária 95
26.15 Lavratura da escritura de inventário e partilha 95

27. INVENTÁRIO NEGATÓRIO 96

28. DA PARTILHA 97
28.1 Inventário..... 97
28.2 Emendas à partilha 97
28.3 Sobrepartilha ou partilha parcial..... 98
28.4 Regras às quais devem obedecer a partilha 98
28.5 Anulação da partilha 98
28.6 Nulidade da partilha 99
28.7 Pode haver partilha amigável de apenas alguns bens a serem inventariados?..... 99

29. ADJUDICAÇÃO 100
29.1 Existência de herdeiro único – adjudicação nos termos do artigo 1.031, § 1º, do CPC 100

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

30. PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO POR MEIO DA ESCRITURA PÚBLICA: UMA FACULDADE OU UMA IMPOSIÇÃO LEGAL? 100

31. CONSIDERAÇÕES FINAIS ACERCA DA LEI 11.441, DE 04 DE JANEIRO DE 2007 101

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 105

ANEXOS

Minutas de atos notariais 111

Lei 11.441, de 04 de janeiro de 2007 139

Provimento n. 164/CGJ/2007 do Estado de Minas Gerais 141

Resolução n. 35, de 24 de abril de 2007 146

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br